

Contributos para a história do movimento operário e sindical: das raízes até 1977

NUNES, Américo; CABRITA, Daniel; MARTINS, Emídio; ROCHA, Francisco Canais; CARTAXO, José Ernesto; BARRETO; Kalidás; RANITA, Víctor. *Contributos para a história do movimento operário e sindical: das raízes até 1977*. Lisboa: CGTP-IN, 2011. 376 p.

Por Filipe Caldeira¹

Recentemente, estão sendo publicadas, em Portugal, um conjunto de obras sobre o passado do movimento sindical português, escritas por ex-dirigentes sindicais, a maior parte dos quais tendo desempenhado um papel de relevo na estrutura sindical representada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN²), fundada, a 1 de outubro de 1970, ainda sob o regime ditatorial que vigorava desde 1926 e que se desmoronaria a 25 de abril de 1974.

Estas obras têm, maioritariamente, uma natureza testemunhal, memorialística³, dado que os seus autores não só foram contemporâneos dos acontecimentos que testemunham, como também, enquanto sindicalistas, acompanharam por dentro, nalguns casos com responsabilidades de direcção, esses mesmos acontecimentos. Outras, produzidas em contexto académico, assumem um carácter historiográfico, em que é notória a preocupação com a pesquisa e a referenciação documental⁴.

Foram alguns destes autores que participaram na elaboração destes Contributos e, portanto, é natural que esta seja uma obra onde ambas essas características estejam presentes, a testemunhal e a historiográfica.

Uma publicação que se pretendia associar ao leque de iniciativas comemorativas do 40.º aniversário da CGTP-IN, mas também uma edição concebida em estreita associação com o Projecto de Preservação, Organização e Valorização do Acervo Documental da CGTP-IN, em curso desde setembro de 2009 e coorde-

nado pelo Departamento de Cultura e Tempos Livres/Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN, e, nessa medida, é, igualmente, um meio de divulgação e valorização do espólio documental desta Central Sindical. Na verdade, uma grande parte do aparato documental citado ao longo da obra tem como origem este espólio em tratamento.

A obra, prefaciada por Manuel Carvalho da Silva, actual Secretário-geral da CGTP-IN, encontra-se estruturada em quatro grandes partes: uma primeira propõe-nos uma resenha histórica do movimento sindical português, entre 1838 e 1970; a segunda aborda o período de formação da Intersindical até às vésperas do 25 de abril de 1974; a terceira calcorreia alguns dos principais desafios enfrentados pelo movimento sindical afecto à CGTP-IN no período revolucionário despoletado com o 25 de abril, bem como aqueles com que, internamente, se foi defrontando e tentando debelar, entre o primeiro congresso (1975) e o segundo (1977), data que encerra este primeiro volume. A quarta, e última, parte é constituída por dois testemunhos de dirigentes que reflectem sobre o mesmo período (1970-1977), mas de um ponto de vista do que foi a experiência associativa e sindical dos militantes católicos e socialistas.

A forma como estes Contributos se organizam e, desde logo, o texto escolhido para iniciar o livro, que se inicia em 1838, um texto de Francisco Canais Rocha, dirigente sindical do sector dos escritórios, primeiro coordenador da Intersindical após o 25 de abril e historiador, revela a preocupação de fazer da CGTP-IN a legítima herdeira do movimento operário e sindical, cujos primórdios, em Portugal, se considera remontarem à constituição das primeiras associações livres de trabalhadores⁵.

Esta primeira parte traça, num enorme esforço de síntese, o percurso do movimento sindical desde as suas origens, no século XIX, e depois ao longo do século XX, culminando no período normalmente denominado de “Primavera Marcelista”. A formação das primeiras associações mutualistas e de classe, depois a formação dos primeiros sindicatos, as primeiras manifestações do Primeiro de Maio, as principais correntes político-ideológicas que alimentaram a discussão no seio do operariado organizado, bem como a imprensa onde essas ideias eram expressas são algumas das temáticas abordadas por Francisco Canais Rocha no período monárquico, a que a revolução de 5 de outubro de 1910 viria a pôr fim, dando início ao regime republicano, à I República.

No que à I República diz respeito, o autor procurou enquadrar o movimento sindical no contexto do novo regime, caracterizando a política de classe dos governos republicanos, destacando o esforço organizativo dos sindicalistas revolucionários

nos primeiros anos após o 5 de outubro, abordando a polémica que dividiu aqueles sindicalistas que consideravam que os sindicatos tinham capacidade para conduzir e liderar a implementação da revolução operária, da ditadura do proletariado, e aqueles outros que defendiam a necessidade de criação de uma organização política para o mesmo efeito. E este contexto permitiu a Canais Rocha abordar a criação do Partido Comunista Português, em 1921, e as difíceis relações que, a partir daí, se fariam sentir entre o movimento sindical, representado pela CGT, e este partido, e também com os socialistas. O combate político-ideológico intensificar-se-ia de tal maneira que levaria à ruptura completa entre socialistas, anarco-sindicalistas e comunistas nos últimos anos de existência do regime republicano.

O golpe de Estado militar ocorrido em 28 de maio de 1926 instaurou um novo regime, uma ditadura que seria liderada, a partir de 1933, por Oliveira Salazar. Aqui, o autor aproveita para narrar o definhamento do sindicalismo livre, até à instauração do controlo estatal sobre o movimento sindical, com a criação dos sindicatos corporativos.

Até ao final desta parte, o leitor fica familiarizado com as principais lutas, greves e manifestações que, ainda que sujeitas a forte repressão governamental, foram levadas a cabo pelos trabalhadores, destacando o papel organizativo e de liderança do Partido Comunista em todo este processo.

O período de formação da Intersindical, em 1970, o contexto político, social e económico em que se realizou esse processo, destacando-se nele a conquista gradual das direcções de alguns dos principais sindicatos corporativos por parte de dirigentes da confiança dos trabalhadores, é-nos apresentado por Daniel Cabrita, então dirigente do sector bancário, e José Ernesto Cartaxo, dos metalúrgicos. Trata-se de um texto que segue de perto as questões que protagonizaram as primeiras reuniões sindicais (sobretudo o horário de trabalho, a censura e a liberdade de reunião), servindo-se, para isso, abundantemente, das actas dessas mesmas reuniões. O intensificar da actividade da Intersindical e as suas crescentes preocupações organizativas levaram o regime de Marcelo Caetano, apesar da abertura manifestada quando, em 1968, sucede, no cargo de Presidente do Conselho, a Salazar, a proibir, em meados de 1971, a realização das reuniões intersindicais, num contexto legal em que a existência de uma confederação sindical não estava autorizada.

É com este enquadramento que se inicia o texto de Victor Ranita, dirigente sindical do sector metalúrgico, que procura explicar-nos como foi possível a sobrevivência das reuniões intersindicais face à proibição governamental que enfrentavam.

Este contributo de Victor Ranita tem a particularidade de se “descolar” um pouco das fontes documentais, caracterizando-nos, a certa altura, quando identifica alguns dos factores que podem ajudar a compreender a capacidade de atracção das reuniões intersindicais e, conseqüentemente, as razões subjacentes à sua continuidade até ao eclodir do 25 de abril de 1974, a cultura laboral vigente e como este aspecto acabou por se reflectir nestas reuniões⁶. Com o 25 de abril, um novo período se anuncia para a Intersindical, numa conjuntura revolucionária em que, livre dos impedimentos legais que cerceavam até então a sua actividade, teria pela frente a gigantesca tarefa de organizar e definir uma estratégia para o movimento sindical português, no sentido de reclamar para si os direitos considerados justos, dignos da classe trabalhadora (liberdade sindical, redução do horário de trabalho para as 40 horas, instituição do 1.º de Maio como feriado e de um salário mínimo nacional, entre outros).

Sobre este período escreve-nos Américo Nunes, então dirigente do sector da hotelaria, e autor de uma obra⁷ onde nos dá conta das suas memórias, da sua experiência sindical no mesmo período abrangido por este texto a que agora nos reportamos.

Este foi, para a Intersindical, tal como para todo o país, um período conturbado, de extrema agitação, em que algumas das opções estratégicas assumidas viriam a ter um impacto fracturante a curto prazo, nomeadamente, a divisão do movimento sindical e a constituição de uma outra central sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), em 1978. E é também sobre estas opções estratégicas, nomeadamente a questão da unicidade sindical, o modo como elas foram discutidas no seio da CGTP-IN e a relação entre os governos provisórios, os primeiros governos constitucionais e a Intersindical que nos fala Américo Nunes.

A perspectiva do que foi o envolvimento dos dirigentes sindicais de orientação política socialista no movimento sindical afecto à CGTP-IN, e que inaugura a última parte da obra, é-nos oferecida por Kalidás Barreto, do sector têxtil, embora preocupando-se, também, em abordar a realidade sindical de um ponto de vista mais descentralizado, atribuindo algum relevo ao que foi a experiência do sindicato dos têxteis na região de Leiria, Castanheira de Pera, no período abrangido pelo livro.

Por sua vez, Emídio Martins, ligado ao sector dos escritórios, apresenta-nos o testemunho do que foi a experiência de um dirigente sindical católico e do papel de destaque das organizações do movimento católico progressista (Juventude Operária Católica e Liga Operária Católica), de que foi dirigente, na dinamização do movimento operário e sindical e na própria constituição da Intersindical.

A finalizar, elencam-se um conjunto de anexos onde se reproduzem documentos que vêm complementar e enriquecer os textos onde alguns deles são mencionados.

Uma obra desta natureza constitui-se, em nosso entender, atendendo à sua dupla natureza, como dizíamos inicialmente, historiográfica, mas, sobretudo, testemunhal, como uma importante fonte para o estudo do movimento operário e sindical numa época ainda pouco estudada. É certo que se trata de uma obra escrita por homens que viveram e participaram activamente nos acontecimentos que relatam, podendo-lhes ser apontada, aqui e ali, alguma parcialidade na abordagem que fazem dos acontecimentos, mas isso não diminui, de forma alguma, a relevância dos seus testemunhos para a compreensão do período em causa.

Notas

- 1 Lisboa – Portugal. Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, possui pós-graduação em Ciências da Informação e da Documentação pela Universidade Nova de Lisboa. Atualmente trabalha como técnico superior de arquivo no Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN. E-mail: filipecald@gmail.com
- 2 A actual designação desta Central Sindical (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) foi adoptada no seu II Congresso, realizado entre 27 e 30 de Janeiro de 1977.
- 3 Veja-se, por exemplo: Américo Nunes – *Sindicalismo na Revolução de Abril*: memórias. Lisboa: Edições «Avante!», 2010; Guida Vieira – *Memórias de uma Missão Cumprida*. Lisboa: UIMAR, 2010; Manuel Patrício – *Arquivo do Meu Pensamento: recordações de um mineiro*. [s.l.]: Ana M. G. Patrício, 2009.
- 4 Veja-se, por exemplo: Américo Nunes – *Diálogo com a História Sindical*: Hotelaria: de Criados Domésticos a Trabalhadores Assalariados. Lisboa: Editorial «Avante!», 2007; Kalidás Barreto – *Os Trabalhadores leiros no distrito de Leiria* (Subsídios para a História da sua indústria e das suas lutas, em Castanheira de Pera, até à Revolução de Abril de 1974). [Leiria]: CEPAE – Centro do Património da Estremadura; Fundação INATEL – Delegação de Leiria – Casa Miguel Franco, 2008; *Subsídios para a história do movimento operário*: Castanheira de Pera. Porto: [s.n.], 1983; A Organização Profissional dos Trabalhadores do Sector Têxtil nos Distritos de Leiria e Coimbra (Subsídios Históricos). Coimbra: Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro, 1987.
- 5 Ao fazer remontar as primeiras genuínas associações livres de operários a 1838, com a criação da Sociedade dos Artistas Lisbonenses (p. 28), Francisco Canais Rocha está a usar essa data como marco fundador do movimento operário e sindical português e, como tal, considerando a CGTP-IN, nascida em 1970 como resultado de reuniões prévias entre sindicatos cujas direcções eram consideradas da confiança dos trabalhadores e, portanto, adversas ao regime, como a associação que dá continuidade, na segunda metade do século XX, a essa história, a esse movimento. Com isto, Canais Rocha assume, aliás, uma posição que é partilhada, também, por outros historiadores, nomeadamente, Victor de Sá – *Movimento operário e sindicalismo em Portugal*. Cadernos da Revista Técnica do Trabalho. Porto: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal (março, 1981).

- 6 Tendo em conta as diferenças de formação de base, as diferenças de ambiente sindical e as diferenças de cultura laboral na década de setenta, diferentes seriam também as exigências de participação a um mais elevado nível de actividade sindical, para operários e empregados.» (p. 169).
- 7 Américo Nunes – *Sindicalismo na Revolução de Abril*: memórias. Lisboa: Edições «Avante!», 2010.

Submetido em março de 2011, aceito em maio de 2011.